

Novo acordo libera empréstimos

A.M. PIMENTA NEVES
Nosso correspondente

WASHINGTON — O FMI releu ontem as falhas do governo brasileiro na execução do programa original de ajustamento do País, aprovou o acordo modificado contido na última carta de intenção e seu suplemento e permitiu que o Brasil continue sacando do empréstimo de quase 5,8 bilhões de dólares que lhe concedeu.

Incluídos nesses US\$ 5,8 bilhões, estão quase US\$ 70 milhões (64,5 milhões de Direitos Especiais de Saque) da linha de crédito para a formação de estoques reguladores, cuja concessão a diretoria também aprovou ontem.

A decisão da diretoria executiva permitirá ao Brasil sacar as duas parcelas do empréstimo que haviam sido retidas pelo FMI e a parcela que se tornaria disponível a partir do próximo dia 30. Cada uma delas é de aproximadamente 393 milhões de dólares e seriam sacadas em conjunto, segundo fonte da instituição, no último dia de novembro. De acordo com a mesma fonte, a linha de crédito para a formação de estoques reguladores (de açúcar, no nosso caso) estaria à disposição do País já no dia 28.

Na reunião de ontem, o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière comunicou aos diretores executivos que o Brasil já havia conseguido 90% do empréstimo "jumbo" de 6,5 bilhões de dólares dos bancos privados internacionais, mas que precisava de cada centavo do total. Estava assim pedindo indiretamente aos representantes dos governos no FMI (que é o que são os diretores executivos) que acionassem os bancos vacilantes, com sede principalmente em países latinos e árabes.

Um porta-voz do FMI confirmou ontem que os créditos comerciais de governos ao Brasil, no valor de 2,5 bilhões de dólares, já foram assegurados, como este jornal revelou há poucos dias. Além disso, disse também que o volume de dívida de governo a governo que será reescalonado pelo Clube de Paris se aproximará dos 3 bilhões de dólares. A cifra maior mencionada até agora era de 2,3 bilhões.

Juntamente com o jumbo de 6,5 bilhões e o reescalonamento de aproximadamente 5 bilhões de dólares da dívida com bancos privados, que será refinanciada em 1984, os créditos comerciais e o reescalonamento do Clube de Paris constituem o pacote

financeiro de mais de 16 bilhões de dólares que o País negociou com a comunidade internacional. Parte do jumbo será concedido este ano para complementar o empréstimo feito no início deste ano pelos bancos, no valor de 4,4 bilhões de dólares, e cujo desembolso foi parcialmente suspenso, juntamente com os do FMI.

O empréstimo de aproximadamente 5,8 bilhões de dólares que o FMI concedeu ao País compreende recursos da linha de crédito compensatória (cerca de metade da qual foi adiantada em dezembro de 1982), da linha de crédito para a formação de estoques reguladores, da primeira tranche de crédito e principalmente da linha de crédito ampliada (em torno de 4,5 bilhões de dólares).

Na reunião de ontem da diretoria executiva, em que a reativação dos entendimentos com o FMI foi aprovada, os diretores executivos dos Estados Unidos e da Holanda salientaram a necessidade de o Brasil manter o controle da demanda agregada e reduzir os subsídios na economia. O representante da Holanda, J. J. Pollock, segundo os presentes, levantou a questão dos salários, afirmando não haver entendido claramente as modificações introduzidas pelo governo. Disse também que nunca ouvira falar em inflação expurgada. Mas, no final, todos aprovaram os novos entendimentos com o governo brasileiro.

O comunicado oficial do FMI, divulgado no final da reunião, foi curto e limitou-se a dizer que o Fundo havia tomado duas decisões: em primeiro lugar, mencionou a concessão da linha de crédito para a formação de estoques reguladores; depois se referiu à concessão do *waiver* pelo não-cumprimento de metas dos dois primeiros trimestres e observou que havia chegado a entendimentos com o governo em torno das modificações de certos critérios de desempenho e da adoção de novos critérios. Esta decisão permite que o Brasil reinicie seus saques dos recursos do FMI.

No que se refere aos bancos privados, o problema de o País não conseguir a totalidade dos 6,5 bilhões de dólares logo é que pode atrasar a assinatura do contrato e, portanto, o desembolso da parte necessária este ano. Sem isso, o Brasil não conseguiria saldar seus compromissos atrasados até o final do ano. Embora se espere que eventualmente o dinheiro entre, a partir de sexta-feira as adesões ao jumbo se tornaram mais lentas.



Arquivo

De Larosière quer a adesão dos bancos vacilantes